



DIRECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO PESSOAL
REPARTIÇÃO GERAL

**NORMAS
DE
NOMEAÇÃO E COLOCAÇÃO
DOS
MILITARES
DOS
QUADROS PERMANENTES**

(Despacho de 22/02/95, do Gen CEME)
(Alterado pelo Despacho 90/CEME/02, de 17 de Junho)
(Alterado pelo Despacho 142/CEME/04 de 3 de Agosto)

PÁGINA EM BRANCO

NORMAS DE NOMEAÇÃO E COLOCAÇÃO DOS MILITARES DOS QUÁDROS PERMANENTES

(Despacho de 22/02/95, do Gen CEME)
(Alterado pelo Despacho 90/CEME/02, de 17 de Junho)

CAPÍTULO I

OBJECTO

Artigo 1.º

Finalidade e âmbito de aplicação

1. As Normas de Nomeação e Colocação dos Militares dos Quadros Permanentes (NNCMQP) destinam-se a regular a nomeação e colocação dos militares dos quadros permanentes (QP) nas unidades, estabelecimentos e órgãos (U/E/O) do Exército, de acordo com o disposto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e com as necessidades do Exército, tendo como objectivo o preenchimento dos lugares previstos nos quadros orgânicos (QO) no nível estabelecido, com as excepções e condicionamentos previstos neste artigo.

2. As NNCMQP aplicam-se aos militares dos QP com as excepções a seguir previstas:

- a) As NNCMQP não se aplicam aos oficiais gerais;
- b) Os oficiais e sargentos ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 210/73, de 9 de Maio, e n.º 43/76, de 20 de Janeiro, são integrados nas escalas das respectivas armas e serviços, sendo as suas nomeações objecto de apreciação individual, de acordo com o parecer da Comissão de Reclassificação emitido nos termos do Dec-Lei n.º 43/76 de 20 de Janeiro;
- c) A nomeação e colocação dos militares dos QP na situação de reserva na efectividade de serviço, regulam-se por despachos específicos.

CAPÍTULO II

GUARNIÇÕES

Artigo 2.º

Guarnição Militar

1. Entende-se por Guarnição Militar (GM) a área geográfica dentro da qual estão instaladas uma ou mais U/E/O do Exército ou um ou mais destacamentos de U/E/O do Exército.

2. A guarnição, em regra geral, recebe o nome da localidade mais importante compreendida nos seus limites ou daquela onde estiver aquartelada a U/E/O mais representativa.

3. As GMil existentes no Exército são as constantes no Anexo A - Designação e Delimitação Geográfica das Guarnições Militares.

Artigo 3.º

Guarnição excedentária

Guarnição excedentária num determinado quadro, posto e/ou especialidade, quando for caso disso, é aquela em que se verifica um número de preferências superior ao quantitativo definido nos QO, no nível estabelecido, das U/E/O dessa guarnição.

Artigo 4.º

Guarnição deficitária

Guarnição deficitária num determinado quadro, posto e/ou especialidade, quando for caso disso, é aquela em que se verifica um número de preferências inferior ao quantitativo definido nos QO, no nível estabelecido, das U/E/O dessa guarnição.

Artigo 5.º **Guarnição excedida**

Guarnição excedida num determinado quadro, posto e/ou especialidade, quando for caso disso, é aquela em que está colocado, num determinado momento, um número de militares superior ao quantitativo definido nos QO, no nível estabelecido, das U/E/O dessa guarnição.

Artigo 6.º **Guarnição carente**

Guarnição carente num determinado quadro, posto e/ou especialidade, quando for caso disso, é aquela em que está colocado, num determinado momento, um número de militares inferior ao quantitativo definido nos QO, no nível estabelecido, das U/E/O dessa guarnição.

Artigo 7.º **Guarnição Militar de Preferência**

1. A Guarnição Militar de Preferência (GMP) é aquela em que o militar tem cabimento orgânico e declara preferir.

2. O cabimento orgânico é definido pelos QO das U/E/O no nível estabelecido atendendo a que, os lugares aí previstos para QQA e QQAS só são ocupados pelos militares das Armas ou Serviços que estejam excedidas em relação às suas necessidades orgânicas.

Artigo 8.º **Escolha de Guarnição Militar de Preferência**

1. Os militares dos QP escolhem uma GMP à qual ficam vinculados para efeitos de aplicação das presentes Normas, de acordo com os números seguintes.

2. A escolha é feita entre as GMil em cuja ou cujas U/E/O tenham cabimento orgânico o quadro especial, posto e especialidade do militar, independentemente da existência de vaga.

3. A escolha de GMP inicial ocorre aquando da primeira colocação e segue a seguinte tramitação:

- a) Até 15 de Abril as Escolas Práticas enviam à DAMP o mapa dos quantitativos que se prevê terminem os cursos de ingresso nos QP com aproveitamento;
- b) Até 30 de Abril do ano civil do último ano do curso de formação, a Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal (DAMP) envia uma declaração aos militares que vão ingressar nos QP para que eles declarem a GMP;
- c) A declaração, atrás referida, é remetida à DAMP até 31 de Maio do ano final dos cursos, através dos canais hierárquicos, juntamente com a declaração das três U/E/O em que os militares pretendem prestar serviço, a que se refere a alínea b) do art. 23.º;
- d) A DAMP, após a recepção das declarações atrás referidas, verifica se obedecem ao disposto no n.º 2 do art. 7.º e, em caso afirmativo atribui ao militar a GMP declarada, caso contrário devolve a declaração, com a indicação que deverá ser elaborada nova declaração, aduzindo a razão (não cabimento orgânico).

Artigo 9.º **Alteração da Guarnição Militar de Preferência**

1. A GMP pode ser alterada a requerimento do interessado ou por imposição de serviço, nos termos das presentes normas.

2. Os requerimentos de alteração das GMP serão apreciados tendo em conta, designadamente, o princípio estabelecido no n.º 2 do art. 7.º, a mudança de residência habitual, a data em que são apresentados, a sua proximidade relativa a deslocamentos previsíveis, a situação das U/E/O das guarnições em causa e os motivos alegados.

3. Em caso de deferimento o militar aguardará, na guarnição em que se encontra e sem alteração da situação quanto a deslocamento, a primeira oportunidade de efectivação de mudança para a sua nova GMP, de acordo com os planeamentos de colocações.

4. O disposto no número anterior processa-se segundo o seguinte critério:

- a) Caso a mudança para a nova GMP não se efective no prazo de dois anos, após o deferimento, o militar é considerado na situação de “DESLOCADO”;
- b) O referido na alínea anterior, não se aplica às Guarnições Militares e aos postos que correspondam a funções a ser desempenhadas por militares cuja nomeação se processe “POR ESCOLHA”, bem como aos militares que se encontrem na situação de Inamovibilidade, quando estejam a prestar serviço na sua GMP;
- c) Os militares só podem requerer a alteração da GMP, após dois anos de colocação na sua Guarnição Militar;
- d) O período de dois anos, a que se reporta a alínea a) do n.º 4 deste artigo, é contado a partir do dia 1 do primeiro mês do Planeamento que se iniciar, após a recepção do requerimento.

5. A mudança de GMP por imposição de serviço ocorre por o militar nela deixar de ter cabimento.

É accionada pela DAMP, que notifica o interessado para que este escolha nova guarnição, de acordo com o preceituado no art 8.º (excepto no que se refere às datas aí estipuladas).

Artigo 10.º **Processamento dos requerimentos de alteração** **de Guarnição Militar de Preferência**

O processamento dos requerimentos de alteração de GMP efectua-se do seguinte modo:

- a) O militar elabora um requerimento manifestando a GMP que pretende passar a ter e, caso a guarnição tenha mais de uma U/E/O, aquela onde prefere ser colocado;
- b) O requerimento referido na alínea anterior é entregue na U/E/O de colocação do militar e enviado à DAMP pelo canal hierárquico, sendo acompanhado dos documentos comprovativos da residência do militar, na área geográfica da GMP pretendida (ou proximidade), designadamente:
 - (1) Número fiscal do contribuinte, com indicação do Bairro Fiscal;
 - (2) Cartão de Eleitor.
- c) Os requerimentos de alteração de GMP não têm prazos de validade.
- d) O militar pode desistir do requerimento desde que a alteração de GMP não tenha ainda sido executada.

Artigo 11.º **Situações**

A prestação de serviço dos militares, relativamente à sua GMP, admite duas situações:

- a) Deslocado — quando colocado em U/E/O fora da sua GMP;
- b) Não deslocado — quando colocado em U/E/O da sua GMP.

CAPÍTULO III

NOMEAÇÕES E COLOCAÇÕES

Artigo 12.º

Princípios

A colocação dos militares em U/E/O é efectuada por nomeação e deve ser realizada em obediência aos princípios definidos no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) a seguir discriminados:

- a) Manter permanente disponibilidade para o serviço, ainda que com sacrifício dos interesses pessoais;
- b) Satisfação das necessidades de serviço;
- c) Garantia do preenchimento das condições de desenvolvimento da carreira;
- d) Aproveitamento da capacidade profissional, avaliada em função da competência revelada e da experiência adquirida;
- e) Conciliação, na medida do possível, dos interesses pessoais com os do serviço.

Artigo 13.º

Tipos de nomeação

A nomeação de militares para o exercício de cargos ou funções militares desempenhados em comissão normal, com excepção da resultante de motivos disciplinares, processa-se por:

- a) Escolha;
- b) Oferecimento;
- c) Imposição de serviço.

Artigo 14.º

Nomeação por escolha

1. A nomeação por escolha tem carácter nominal, processa-se independentemente de qualquer escala e é da competência do Gen CEME.

2. A nomeação por escolha resulta da satisfação das necessidades e/ou interesse do serviço e terá em conta as qualificações técnicas, as qualidades pessoais do nomeado e as exigências do cargo ou das funções a desempenhar.

3. A nomeação por escolha processa-se por designação do Gen CEME, baseada ou não em proposta da entidade à qual o militar irá ficar subordinado.

4. Anualmente até 15 de Fevereiro devem dar entrada na DAMP as propostas de nomeação por escolha referidas no número anterior.

Artigo 15.º

Cargos de nomeação por escolha

Os cargos de nomeação por escolha são, além dos previstos em diplomas específicos, os seguintes:

- a) Desempenhados por militares com os postos de coronel e de sargento-mor;
- b) Comandante, director ou chefe de U/E/O independente;
- c) Segundo comandante ou subdirector de U/E/O de escalão regimento;
- d) Comandante de subunidade de escalão batalhão das Grandes Unidades (GU) operacionais e dos Agrupamentos de Defesa Territorial;
- e) Chefe de repartição das divisões do EME;
- f) Chefe de estado-maior dos comandos territoriais e das GU operacionais;
- g) Director de estudos e instrução das U/E/O, cujo QO consagre tal entidade;

h) Desempenhados pelos oficiais habilitados com o Curso de Estado-Maior (CEM) durante os três anos subsequentes ao final do estágio. Esta nomeação ocorrerá para funções:

- (1) De Estado-Maior (EM) nos órgãos de comando de elementos da componente operacional do sistema de forças nacional da responsabilidade do Exército, nos Comandos dos Órgãos Centrais de Administração e Direcção, nos Comandos Territoriais, em Comandos Operacionais e das GU, em EM conjuntos e combinados e no Ministério da Defesa Nacional;
- (2) Docentes na AM e no IAEM.

i) Aqueles que, caso a caso, forem considerados pelo Gen CEME.

Artigo 16.º

Nomeação por oferecimento

1. A nomeação por oferecimento tem por base uma declaração do militar na qual, de forma expressa, se oferece para exercer um determinado cargo, função ou colocação em determinada U/E/O.

2. Os oferecimentos são válidos até se efectivarem as nomeações para os cargos ou funções a que se referem.

3. O militar pode desistir do oferecimento desde que a sua nomeação não tenha ainda sido efectuada pela entidade competente.

Artigo 17.º

Tramitação da nomeação por oferecimento

1. O processo de nomeação por oferecimento inicia-se pela declaração de aceitação de convite pelos militares que satisfaçam determinados requisitos técnicos-profissionais, sendo tal convite objecto de divulgação através das ordens de serviço.

2. Sem prejuízo dos convites que por razões de serviço haja que fazer inopinadamente, a nomeação por oferecimento para cargo ou função objecto de convite expresso da DAMP segue a seguinte tramitação:

- a) Anualmente, até 31 de Janeiro, a DAMP difunde a lista de funções ou cargos a preencher por oferecimento;
- b) Na sequência do convite os militares que o pretendam aceitar e satisfaçam os requisitos técnicos e profissionais exigidos, entregam a declaração na respectiva U/E/O que a remete à DAMP, através do canal hierárquico, devendo dar entrada até 01 de Março;
- c) Até 01 de Abril, a DAMP difunde às U/E/O, para publicação em ordem de serviço, a lista de oferecimentos aceites;
- d) A mensagem de nomeação será difundida ao EME e aos Comandos Funcionais, Territoriais e de Natureza Territorial.

Artigo 18.º

Nomeação por imposição de serviço

1. A nomeação por imposição de serviço processa-se por escala, com vista ao exercício de cargo ou função própria do posto, quadro especial e especialidade.

2. A nomeação por imposição de serviço ocorre:

- a) Quando excedido o nível estabelecido do QO das U/E/O das GMil;
- b) Para suprir necessidades mínimas, superiormente determinadas, de U/E/O de GMil carentes;
- c) Para satisfação de prioridades de colocação determinadas pelo Gen CEME;
- d) Para a colocação de militares que sofreram alteração de GMP por imposição de serviço;

- e) Durante os primeiros sete anos para as colocações dos militares ingressados nos QP por habilitação com curso de formação inicial e por concurso;
- f) Durante os primeiros dois anos para as colocações dos militares após curso de formação para transição de categoria;
- g) Para satisfação das condições especiais de promoção ao posto imediato.

Artigo 19.º

Colocação

1. As colocações podem ser normais ou extraordinárias e efectuem-se:
 - a) Para preenchimento dos lugares previstos nos QO das U/E/O no nível estabelecido;
 - b) Por motivos disciplinares, de acordo com o estabelecido no RDM;
 - c) Caso não haja prejuízo para os superiores interesses do serviço, em U/E/O da GMP do militar.
2. As colocações são da responsabilidade da DAMP ouvidos os Comandos Territoriais (CmdTerr) e o Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT) e sem prejuízo do seguinte:
 - a) As colocações internas do CTAT e CMSM são da competência do respectivo comandante, em estrita observância do disposto nas presentes Normas e desde que as nomeações que provocam a apresentação no CTAT e CMSM não tenham sido por escolha;
 - b) Os comandantes das RM/ZM, independentemente de diligências, podem efectuar colocações desde que não impliquem mudança de guarnição, obedeçam ao disposto nas presentes Normas, não alterem nomeações por escolha e sejam referentes a U/E/O sob seu comando completo.
3. As colocações efectuadas ao abrigo do n.º anterior devem, obrigatória e imediatamente, ser comunicadas à DAMP aquando da nomeação.

Artigo 20.º

Colocações normais

As colocações normais destinam-se a satisfazer necessidades previsíveis (redistribuições, colocações por motivo de promoção, de mudança de GMP, de passagens à situação de reserva, etc.) e executar-se-ão de 01 de Setembro a 01 de Outubro, realizando-se as marchas:

- a) Para regresso de deslocamento até 01 de Outubro;
- b) Primeira colocação após ingresso na categoria em 01 de Outubro;
- c) Colocação em nova GMP até 01 de Outubro;
- d) Para início de deslocamento de 01 a 15 de Setembro.

Artigo 21.º

Colocações extraordinárias

As colocações extraordinárias são executadas de acordo com os respectivos despachos e destinam-se a satisfazer necessidades:

- a) Imprevisíveis que requeiram satisfação imediata e não devam ser resolvidas com recurso à situação de diligência;
- b) Decorrentes de motivos disciplinares, em obediência ao disposto no Regulamento de Disciplina Militar (RDM).

Artigo 22.º

Nomeação para a primeira colocação

1. A nomeação para a primeira colocação deverá privilegiar o desempenho de funções inerentes à respectiva Arma ou Serviço sendo, em princípio, em Unidades Operacionais do Sistema de Forças do Exército (SFEx), Escolas Práticas, Unidades Territoriais e Órgãos específicos dos Serviços.

2. As primeiras colocações nas Escolas Práticas são efectuadas por proposta nominal do respectivo comandante.

Artigo 23.º

Tramitação da nomeação para a primeira colocação

A primeira colocação segue a seguinte tramitação:

- a) A DAMP dá conhecimento até 30 de Abril do ano civil do último ano do curso de formação, da relação das vagas a preencher discriminadas por U/E/O, armas e serviços;
- b) Os interessados declaram três U/E/O, constantes da relação referida no número anterior, em que pretendam prestar serviço, por ordem de preferência. A declaração é remetida à DAMP até 31 de Maio do ano final dos cursos, juntamente com a declaração da escolha da GMP referida na alínea c). do n.º 3 do art. 8.º;
- c) A DAMP procede às colocações, de acordo com as necessidades de serviço tendo em conta a antiguidade e, na medida do possível, a GMP escolhida pelo militar e a ordem de preferência manifestada.
- d) A escolha da GMP é acompanhada dos documentos comprovativos da residência do militar, na área geográfica da GMP pretendida (ou proximidade), designadamente:
 - (1) Número fiscal do contribuinte, com indicação do Bairro Fiscal;
 - (2) Cartão de Eleitor.

Artigo 24.º

Duração da colocação

1. As colocações em U/E/O da GMP não têm limite de tempo estabelecido.
2. As colocações em U/E/O fora da GMP - *DESLOCAMENTO* - têm a duração de 2 anos, sem prejuízo do disposto noutros artigos.

3. O tempo de indisponibilidade por motivo de doença, ferimento ou desastre:

- a) Decorrentes de serviço conta para todos os efeitos como tempo de deslocamento;
- b) Não decorrentes de serviço:
 - (1) Se inferior a noventa dias, conta como tempo de deslocamento;
 - (2) Se superior a noventa dias, o deslocamento é aumentado do número de dias de indisponibilidade, até ao limite máximo do deslocamento (dois anos), sendo o militar colocado na sua GMP no semestre seguinte.

Artigo 25.º

Excepções à duração normal do deslocamento

1. O tempo de deslocamento poderá ser inferior ao fixado no n.º 2 do art. 24.º quando:

- a) Por promoção, graduação, transição de quadro ou obtenção de nova qualificação que determina mudança de escala, o militar fique em excesso relativamente ao

estabelecido nos QO, no nível estabelecido, das U/E/O da GMil onde presta serviço;

b) A GMil em que o militar se encontra deslocado ficar excedida.

2. Quando ocorrer qualquer das situações previstas no n.º anterior, se o militar:

a) Tiver cumprido dezoito meses de deslocamento, este é dado por findo;

b) Não tiver completado dezoito meses de deslocamento, completa o deslocamento noutra GMil carente, caso não haja, de momento, GMil carente regressa à sua GMP sendo o deslocamento dado por findo.

3. O tempo de deslocamento resultante de nomeação por escolha ou na situação de inamovibilidade poderá ser superior ao fixado no n.º 2 do art. 24.º. O seu término deverá coincidir, em princípio, com os períodos referidos na alínea a) e b) do art. 20.º

4. Aos militares nomeados para a frequência do CEM, de curso de formação inicial e de curso de formação para transição de categoria que se encontram na situação de deslocados, é-lhes dado por findo o deslocamento na data de apresentação no estabelecimento de ensino militar respectivo.

5. Os militares que concluem o tempo normal de deslocamento fora dos períodos referidos no art. 20.º serão rendidos:

a) No semestre anterior, no caso da colocação ter sido extraordinária;

b) No semestre seguinte, no caso da colocação ter sido por motivos disciplinares.

6. Não são abrangidos pelo disposto no n.º 2 do art. 24.º:

a) Os militares ingressados nos QP por conclusão dos cursos de formação inicial ou admissão por concurso durante sete anos após esse ingresso;

b) Os militares que transitarem de categoria durante dois anos após conclusão dos cursos de transição.

7. O Gen CEME, pode em qualquer altura dar por findo o deslocamento, o qual é considerado completo, salvo nos casos em que a decisão se fundamenta em motivos disciplinares.

Artigo 26.º

Prorrogação dos deslocamentos

1. Os deslocamentos, em casos excepcionais e devidamente justificados, podem ser prorrogados sob proposta do comando com a anuência do militar ou a pedido deste, por períodos semestrais ou anuais, até ao máximo de três anos.

2. A proposta ou o pedido de prorrogação deve dar entrada na DAMP até seis meses antes do final do período de colocação em curso.

3. Para os oficiais habilitados com o CEM, caso não possam satisfazer o período referido na alínea h) do art. 15.º na sua GMP, o período de deslocamento poderá ser prorrogado por um ano.

Artigo 27.º

Regresso dos deslocamentos

1. Concluído o deslocamento ou no final do período referido no n.º 6 do art. 25.º o militar regressa à sua GMP, excepto nos casos em que seja objecto de nomeação por escolha para novo deslocamento.

2. Quando este regresso tornar a GMil excedida, havendo outras carentes, será planeada e determinada (simultânea e obrigatoriamente) a saída da guarnição de outro militar, de acordo com a respectiva escala para uma GMil carente.

3. Caso a aplicação do n.º anterior determine a transferência de um militar com menos de dois anos de permanência na sua GMP, depois de concluído o último deslocamento, a sua saída será planeada de modo a concretizar-se com o primeiro planeamento de colocações após completar dois anos de permanência, sendo ao militar a regressar prorrogado o deslocamento pelo tempo necessário para a satisfação de tal desiderato;

4. Até seis meses antes do início do semestre de conclusão do deslocamento, o militar deve remeter, pelo canal hierárquico, à DAMP, uma declaração onde constem até três U/E/O da GMP, por ordem de preferência de colocação.

CAPÍTULO IV

ESCALAS

Artigo 28.º

Tipos de escalas

1. São organizadas escalas para deslocamentos por oferecimento e por imposição de serviço, podendo ser gerais ou desdobradas por quadros especiais, postos e qualificações.

2. A DAMP deve fazer a difusão das escalas de nomeação (previsão) até 01 de Junho, aos Comandos Territoriais e U/E/O para divulgação em ordem de serviço.

Artigo 29.º

Escalas de deslocamento por oferecimento

As escalas de deslocamento por oferecimento são para satisfação de:

- a) Convite divulgado pela DAMP;
- b) Requerimento para prestar serviço numa determinada U/E/O de GMil carente.

Artigo 30.º

Escalas de deslocamento por imposição de serviço

As escalas de deslocamento por imposição de serviço são:

- a) Para satisfação de condições especiais de promoção ao posto imediato que não possam ser obtidas na U/E/O de colocação;
- b) Escala geral para U/E/O carentes da ZMA e ZMM;
- c) Escala geral de todas as GMil do continente para U/E/O carentes do Continente.

Artigo 31.º

Ordenação das escalas

1. As escalas de deslocamento por oferecimento são ordenadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) Militares cuja GMP é excedentária;
- b) Militares cuja GMP é menos deficitária;
- c) Maior antiguidade.

2. As escalas de deslocamento por imposição de serviço são ordenadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) Escalas para satisfação de condições especiais de promoção ao posto imediato que não possam ser obtidas na U/E/O de colocação:
 - (1) Decrescente de antiguidade;
 - (2) Decrescente de tempo de permanência após a última colocação na GMP.

b) Escala geral para U/E/O carentes da ZMA e ZMM:

- (1) Militares que ainda não tenham prestado serviço nas ZMA e ZMM após a entrada em execução das NCOSQP - Jul75;
- (2) Militares regressados da situação de inamovibilidade, se durante o período dessa situação lhes competisse nomeação por imposição de serviço;
- (3) Maior permanência após a última colocação na GMP;
- (4) Menor antiguidade.

c) Escala geral de todas as GMil do continente para U/E/O carentes do Continente:

- (1) Militares regressados da situação de inamovibilidade, se durante o período dessa situação lhes competisse nomeação por imposição de serviço;
- (2) Militares cuja GMP é excedida;
- (3) Militares cuja GMP é excedentária;
- (4) Militares cuja GMP é menos deficitária;
- (5) Maior permanência após a última colocação na GMP;
- (6) Menor antiguidade.

Artigo 32.º **Exclusão das escalas**

1. São transitariamente excluídos das escalas de deslocamento os militares:

- a) Deslocados ou nomeados para deslocamento;
- b) Nomeados para frequência de cursos de duração superior a 120 dias, desde a data de nomeação até ao final dos mesmos, caso aquela ocorra nos 180 dias que antecedem o início do curso;
- c) Indigitados ou nomeados para comissões militares no estrangeiro, a partir da data de indigitação ou nomeação;
- d) Na situação de inamovibilidade, desde a data de início dessa situação até ao final da mesma;
- e) Da ZMA e ZMM para as escalas de deslocamento por imposição de serviço, excepto para satisfação das condições especiais de promoção, enquanto as respectivas GMil se mantiverem deficitárias;
- f) A quem competir a passagem à situação de reserva por atingirem o limite de idade desde que, a partir da data determinada para o movimento, não garantam um período mínimo de doze meses de deslocamento.

2. São excluídos das escalas de deslocamento os militares referidos no n.º 6 do art. 25.º, pelo período aí referido.

3. A DAMP mantém actualizada, para consulta dos interessados, uma relação das situações de todos os militares.

Artigo 33.º **Ingresso e reingresso nas escalas**

1. Os militares que sejam promovidos, graduados, que transitem de Arma, Serviço ou Especialidade; ou que terminem o período referido no n.º 6 do art. 25.º são intercalados nas escalas em que ingressam, tendo em conta o tempo de permanência após a última colocação na sua GMP.

2. Os militares que deixaram de prestar serviço efectivo no Exército e a ele regressem voluntariamente são considerados, para efeitos de deslocamento, como tendo permanecido na sua GMP durante o tempo de ausência e são prioritariamente destinados a unidades.

3. Os militares excluídos temporariamente das escalas reingressam nelas na data em que termina a situação que originou a exclusão, tendo em atenção as particularidades das mesmas situações.

Artigo 34.º **Trocas**

1. São, em princípio, autorizadas trocas entre militares pertencentes à mesma escala desde que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) À data da sua efectivação, nenhum dos interessados se encontre na situação de deslocado, inamovível ou colocado por escolha;
- b) Os militares satisfaçam os requisitos dos cargos ou funções;
- c) Serem requeridas por forma a poderem ser autorizadas antes do início do semestre em que se devem realizar as colocações;
- d) Os militares são nomeados para deslocamento no mesmo planeamento (troca de U/E/O de destino), ou têm a mesma GMP e apenas um é nomeado para deslocamento (troca de posição na escala);
- e) Não impliquem prejuízo previsível para terceiros.

2. Aos militares nomeados a quem tenha sido anteriormente concedida troca de nomeação, não será autorizada nova troca enquanto não tiverem cumprido, depois daquela, um deslocamento completo.

Artigo 35.º **Pessoal de quadros em situação especial**

1. Os oficiais do Quadro Especial de Oficiais (QEO) são integrados nas escalas das armas a que estão atribuídos.

2. Os oficiais do Quadro de Serviço Geral Paraquedista e do Quadro de Enfermeiras Paraquedistas e os sargentos do Quadro de Sargentos Paraquedistas integram escalas próprias.

3. Os oficiais do Serviço Geral do Exército, do Serviço Postal Militar e do Quadro Técnico de Secretariado são integrados nas escalas do Quadro Técnico de Pessoal e Secretariado.

4. Os sargentos do Serviço Geral do Exército, do Serviço Postal Militar e do Quadro de Amanuenses são integrados nas escalas do Quadro de Pessoal e Secretariado.

CAPÍTULO V **PLANEAMENTO E CONCRETIZAÇÃO DAS COLOCAÇÕES** **Artigo 36.º**

Planeamento das colocações

1. O planeamento da primeira colocação é anual e da responsabilidade da DAMP, devendo ser efectuado e concretizado até 01 de Outubro do ano de fim do curso.

2. O planeamento das restantes colocações normais é anual, no período de 15 a 30 de Maio a DAMP faz a difusão às U/E/O, das colocações a efectuar, por escolha, oferecimento e imposição de serviço.

Artigo 37.º **Execução do planeamento**

1. A satisfação do conjunto das necessidades por semestre executa-se pela seguinte sequência, quando concorram as situações abaixo referidas:

- a) Nomeações por escolha;
- b) Nomeações por imposição de serviço para satisfação de condições especiais de promoção;
- c) Nomeações por oferecimento;
- d) Primeiras colocações;
- e) Outras nomeações por imposição de serviço.

2. Nas execução das nomeações, à excepção das por escolha, será dada prioridade às nomeações para a ZMA, ZMM e GU operacionais.

3. Nas nomeações por imposição de serviço das GMil excedidas para as carentes constitui-se inicialmente o bloco de pessoal a nomear, sendo a individualização do mesmo feita de acordo com o critério de que aos militares com mais tempo de permanência na GMP, deve corresponder um maior afastamento.

4. Em qualquer nomeação a efectuar devem prioritariamente ser destinados a unidades os militares vindos de:

- a) Comissão especial;
- b) Órgãos, estabelecimentos ou forças não dependentes do Exército;
- c) Órgãos ou estabelecimentos militares.

Artigo 38.º

Colocação de militares de U/E/O a extinguir ou desactivar

1. Militares deslocados:

a) A sua GMP continua a existir e o militar tem cabimento nela:

- (1) Se a GMP é carente, o militar regressa a ela e aplica-se o disposto no n.º 2 do art. 25.º;
- (2) Se a GMP não é carente, o militar completa o tempo de deslocamento em guarnição carente, caso não tenha ainda cumprido dezoito meses de deslocamento.

b) A sua GMP foi extinta ou o militar deixa de ter cabimento nela:

- (1) O militar tem que escolher nova GMP;
- (2) Se a nova GMP é carente, o militar é aí colocado e aplica-se o disposto no n.º 2 do art. 25.º;
- (3) Se a nova GMP se torna excedida em virtude das novas preferências, os militares são ordenados por tempo de permanência na GMP anterior e antiguidade, sendo nela colocados os que tiverem vaga e completando os restantes o tempo de deslocamento noutra guarnição carente, desde que não tenham cumprido dezoito meses de deslocamento;
- (4) Se a nova colocação do militar coincidir com a GMP escolhida, esta escolha só se torna efectiva 2 anos após o movimento, mantendo-se até lá na situação de "DESLOCADO";
- (5) Se a nova GMP não é carente, o militar completa o tempo de deslocamento em guarnição carente, caso não tenha ainda cumprido dezoito meses de deslocamento.

2. Militares não deslocados

a) A sua GMP continua a existir:

- (1) Se a GMP é carente o militar continua nela colocado;
- (2) Se a GMP não é carente o militar é incluído nas respectivas escalas de deslocamento e será deslocado quando lhe competir.

b) A sua GMP foi extinta:

- (1) O militar tem que escolher nova GMP;
- (2) Se a nova GMP é carente o militar é colocado nela;
- (3) Se a nova GMP se torna excedida em virtude das novas preferências, os militares são ordenados por tempo de permanência na GMP anterior e antiguidade, sendo nela colocados os que tiverem vaga e os restantes deslocados para guarnição carente;
- (4) Se a nova colocação do militar coincidir com a GMP escolhida, esta escolha só se torna efectiva 2 anos após o movimento, mantendo-se até lá na situação de "DESLOCADO";
- (5) Se a nova GMP não é carente, o militar é deslocado para guarnição carente.

Artigo 39.º **Colocação de militares de U/E/O a transferir**

1. Militares deslocados:

- a) Se a U/E/O é transferida para a GMP do militar, este continua na U/E/O e o deslocamento é-lhe dado por findo;
- b) Se a U/E/O é transferida para outra GMil, o militar continua o deslocamento nessa U/E/O.

2. Militares não deslocados:

- a) Se a U/E/O é transferida continuando na mesma GMil e o militar continua a ter vaga na U/E/O, este acompanha-a;
- b) Se a U/E/O é transferida para outra GMil e a permanência do militar na GMP torna esta excedida, este acompanha a U/E/O iniciando o deslocamento;
- c) Se a U/E/O é transferida para outra GMil e deixa de haver cabimento orgânico na GMP do militar, este escolhe nova GMP, e:
 - se a sua colocação coincidir com a GMP escolhida, esta escolha só se torna efectiva 2 anos após o movimento, mantendo-se até lá na situação de “DESLOCADO”;
 - se a sua colocação não coincidir com a GMP escolhida, inicia o deslocamento.

CAPÍTULO VI **DILIGÊNCIAS** **Artigo 40.º** **Definição**

1. Entende-se por diligência (apenas para o efeito de aplicação destas Normas) a mudança temporária de U/E/O onde o militar presta serviço (sem alteração da U/E/O de colocação), independentemente da situação (deslocado/não deslocado) em que se encontrar.

2. Os QG devem comunicar à DAMP o início e o fim das diligências iguais ou superiores a noventa dias consecutivos, a fim de ser aplicado o estabelecido nos artigos seguintes.

Artigo 41.º **Duração**

No âmbito das Normas e para os efeitos nelas consignados só serão consideradas as diligências de duração igual ou superior a noventa dias consecutivos, que não assumam carácter de permanência, nem resultem de exercícios ou trabalhos de campo.

Artigo 42.º **Situações**

1. Militar não deslocado:

- a) Se a diligência é na GMP, o tempo de permanência na GMP continua a contar;
- b) Se a diligência é fora da GMP o tempo de permanência na GMP, para efeitos de escalas de deslocamento é reduzido por períodos mensais arredondados para a unidade inferior.

2. Militar deslocado:

- a) Se a diligência é na GMP, o tempo de diligência não conta como tempo deslocamento nem como tempo de permanência;
- b) Se a diligência é fora da GMP, conta como tempo de deslocamento.

3. Caso não seja do conhecimento da DAMP qualquer diligência que implique duração igual ou superior a noventa dias e por isso não tenha sido considerada no respectivo planeamento, determinando a nomeação de um militar mais cedo do que lhe competiria não se mantém a nomeação.

CAPÍTULO VII CURSOS E ESTÁGIOS EM PORTUGAL OU NO ESTRANGEIRO E COMISSÕES NO ESTRANGEIRO

Artigo 43.º Generalidades

No âmbito das Normas apenas são considerados os cursos e estágios e as comissões no estrangeiro de duração igual ou superior a noventa dias.

Artigo 44.º Cursos e estágios em Portugal

1. Militar não deslocado, aplica-se o disposto no n.º 1 do art. 42.º
2. Militar deslocado, aplica-se o disposto no n.º 2 do art. 42.º
3. O período de frequência dos cursos de formação para transição de categoria, não é considerado para efeitos de tempo de permanência ou de deslocamento.
4. O período de frequência do CEM e do respectivo estágio conta como deslocamento, salvo se o militar permanecer na sua GMP.

Artigo 45.º Cursos e estágios no estrangeiro

1. Os cursos e estágios para o desempenho futuro de funções específicas implicam prévia comunicação do Comando da Instrução especificando:
 - a) Finalidade e período de tempo de colocação obrigatória;
 - b) U/E/O de colocação obrigatória após os cursos e estágios.
2. A duração dos cursos e estágios no estrangeiro não é considerada para efeitos de permanência na GMP ou de deslocamento.

Artigo 46.º Comissões militares no estrangeiro

A sua duração não é considerada para efeitos de tempo de permanência ou de deslocamento.

CAPÍTULO VIII SERVIÇO EM ORGANISMOS NÃO DEPENDENTES DO EXÉRCITO

Artigo 47.º Determinações a observar

A nomeação e prestação de serviço em comissão normal ou especial em organismos não dependentes do Exército, sem prejuízo de determinações específicas constantes dos respectivos diplomas legais, regula-se pelo disposto nas presentes Normas.

Artigo 48.º

Processamento

1. A requisição ou proposta para o exercício de funções pode ser:
 - a) Nominal;
 - b) Quantitativa.
2. No caso de ser quantitativa, o processamento é o disposto nas Normas para a nomeação por oferecimento.
3. Se houver que recorrer a nomeações por imposição de serviço é atribuída prioridade aos militares da respectiva guarnição. Caso seja necessário proceder a nomeações de outras guarnições segue-se o disposto nas presentes Normas para as nomeações por imposição de serviço para as ZMA e ZMM.

Artigo 49.º

Regresso ao Exército

1. Desde que compita a nomeação para deslocamento, o regresso é planeado por forma a ser executado após o final do período de inamovibilidade (ou de duração da prestação de serviço).
2. O tempo de afastamento do Exército é contado:
 - a) Caso tenha sido para satisfazer uma requisição nominal ou quantitativa com nomeação por oferecimento, como tempo de permanência na GMP;
 - b) Se a nomeação foi por imposição de serviço e a prestação de serviço foi:
 - (1) Na GMP, como tempo de permanência na GMP;
 - (2) Fora da GMP, como tempo de deslocamento.

CAPÍTULO IX

INAMOVIBILIDADES

Artigo 50.º

Definição

Inamovibilidade é o atributo de que se revestem certos cargos ou funções que requerem uma determinada permanência, que se concretiza por não poder deslocar os militares que os ocupam para outras funções antes de decorrido determinado período de tempo.

Artigo 51.º

Regras

1. A inamovibilidade não deve, sem prorrogações, exceder 3 anos.
2. As nomeações para funções que confirmam inamovibilidade na GMP do militar devem respeitar as seguintes regras:
 - a) Não podem recair sobre aqueles cuja nomeação para deslocamento seja previsível no prazo de um ano;
 - b) Só pode recair sobre aqueles que já tenham estado em situação de inamovibilidade se, após o seu final, o militar já tiver, entretanto, efectuado um deslocamento, com as seguintes excepções:
 - (1) Os casos de inamovibilidade fora da GMP competindo ao militar o deslocamento por escala;
 - (2) Os casos em que o militar regressa à sua GMP vindo de uma situação de inamovibilidade.
 - c) Sempre que possível devem recair sobre aqueles que tenham essa guarnição como GMP e que tenham terminado um período de deslocamento.

3. Nas nomeações para funções que confirmam inamovibilidade fora da GMP do militar (ou seja que impliquem que o militar passe à situação de deslocado) observa-se o seguinte:

- a) Nomeações por oferecimento que resultem de requerimento obrigam à mudança de GMP e consequente alteração para não deslocados;
- b) Outras nomeações, o tempo de deslocamento é o da inamovibilidade.

4. Quando seja aplicado o estabelecido em b) do n.º anterior a um militar em serviço no Exército, este, ao regressar à sua GMP, retarda o ingresso nas escalas de deslocamento do tempo correspondente à diferença entre o período de inamovibilidade estabelecido nas presentes Normas (sem prorrogações) e o tempo normal de deslocamento.

Artigo 52.º

Cessação e interrupção da inamovibilidade

1. Cessa por promoção quando, o novo posto, for incompatível com o desempenho da função ou cargo.

2. Pode ser interrompida para satisfação de condição de promoção, ou para satisfação de superiores interesses do Exército.

Artigo 53.º

Inamovibilidade por Qualificação obtida por frequência de cursos

A inamovibilidade decorrente da frequência de cursos nacionais ou estrangeiros é previamente definida pelo Gen CEME, mediante proposta do CmdPess, ouvido o CmdInstr.

Artigo 54.º

Discriminação

1. São estabelecidas as inamovibilidades e respectivos prazos de duração e de prorrogações possíveis constantes do Anexo B – Quadro de Inamovibilidades.

2. Para cargos ou funções não especificados no Anexo B ou que não constem de legislação própria, o estabelecimento de inamovibilidades, bem como o respectivo período, são definidos por despacho do Gen CEME.

3. A prorrogação da inamovibilidade, quando prevista nestas Normas, será objecto de proposta fundamentada da U/E/O, a qual deverá dar entrada na DAMP até seis meses antes do final da mesma. Esta prorrogação só será permitida se aos militares em causa não competir deslocamento.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 55.º

Ajustamentos para o ano de entrada em vigor

No ano de entrada em vigor das presentes alterações às NNCMQP, designadamente no que concerne aos seus artigos 9.º e 20.º, os movimentos e situações de pessoal processam-se da seguinte forma:

a) Relativamente ao artigo 9.º:

- (1) Todos os militares que tenham requerimento de alteração de GMP com Despacho “DEFERIDO” a aguardar oportunidade de colocação na GMP pretendida, são contactados pela DAMP, a fim, de declararem se mantêm ou não interesse na alteração da GMP;

-
- (2) Os militares que mantenham o interesse em alterar a GMP, conforme requerido, e que tenham requerimento “DEFERIDO” há cinco ou mais anos, passam à situação de “DESLOCADOS” a partir da data do Despacho que aprova estas normas;
 - (3) Os militares que mantenham o interesse em alterar a GMP, conforme requerido, e que tenham requerimento “DEFERIDO” há três ou quatro anos, passam à situação de “DESLOCADOS” a partir de 01 de Julho de 2002;
 - (4) Os militares que mantenham o interesse em alterar a GMP, conforme requerido, e que tenham requerimento “DEFERIDO” há dois anos, passam à situação de “DESLOCADOS” a partir de 01 de Setembro de 2002;
- b) Relativamente ao artigo 20.º:
- (1) O militar que completar 24 meses de deslocamento em Julho de 2002, regressa até 15 de Setembro de 2002;
 - (2) O militar que completar 24 meses de deslocamento em Janeiro de 2003, regressa até 01 de Outubro de 2002.

Artigo 56.º **Dúvidas**

As dúvidas surgidas na aplicação das NNCMQP serão resolvidas por despacho do Gen CmdtPess.

Artigo 57.º **Reclamações**

As reclamações sobre colocações, a efectuar de acordo com as presentes Normas, devem ser apresentadas no prazo de 15 dias, contados a partir do seu conhecimento oficial pelo reclamante.

PÁGINA EM BRANCO

Anexo A – (DESIGNAÇÃO E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DAS GUARNIÇÕES MILITARES) às NNCMQP

Guarnições Militares	Delimitação Geográfica *
Abrantes	Cidade de Abrantes
Angra do Heroísmo	Cidade de Angra do Heroísmo incluindo o RG1
Aveiro *1	Cidade de Aveiro, Incluindo a AMSJ
Beja	Cidade de Beja
Benavente	Vila de Benavente
Braga	Cidade de Braga
Caldas da Rainha	Cidade de Caldas da Rainha
Castelo Branco	Cidade de Castelo Branco
Chaves	Cidade de Chaves
Coimbra	Cidade de Coimbra
Elvas	Cidade de Elvas
Entroncamento	Cidade do Entroncamento
Espinho	Cidade de Espinho
Estremoz	Cidade de Estremoz
Évora	Cidade de Évora
Faro	Cidade de Faro
Figueira da Foz	Cidade da Figueira da Foz
Funchal	Cidade de Funchal
Horta	Cidade da Horta
Lamego	Cidade de Lamego, incluindo a aldeia de Penude e o aquartelamento da Cruz Alta
Leiria	Cidade de Leiria
Lisboa *1	Zona delimitada pela linha Cascais, Sintra, Granja do Marquês, Loures, Vila Franca de Xira, Alcochete (Campo de tiro), Moita, Coina, Costa da Caparica, Cascais.
Mafra	Vila de Mafra, incluindo a estação CF e Ericeira.
Ponta Delgada	Cidade de Ponta Delgada
Porto *1 *2	Zona delimitada pela linha Perafita, Moreira, Maia, Alfena, Valongo, Gondomar, Avintes, Moura, Granja, Perafita.
Porto Santo	Cidade Porto Santo
Póvoa do Varzim	Cidade de Póvoa do Varzim
Santa Margarida	Vila de Constância, incluindo o CMSM
Santarém	Cidade de Santarém
Tancos	Vila de Vila Nova da Barquinha, incluindo o Polígono de Tancos
Tomar	Cidade de Tomar
Vendas Novas	Cidade de Vendas Novas
Vila do Porto	Vila do Porto
Vila Real	Cidade de Vila Real
Viseu	Cidade de Viseu

* Considera-se a linha da periferia das localidades e os limites toponímicos para a delimitação das GMil;

*1 -Adoptando as definições destas localidades apresentadas no Decreto-Lei n.º119/85, de 22 de Abril, do MDN, sobre o abono de ajudas de custo aos militares;

*2- Inclui Vila Nova de Gaia.

PÁGINA EM BRANCO

Anexo B (QUADRO DE INAMOVIBILIDADES) às NNCMQP

ORGÃO	DURAÇÃO PRORROGAÇÃO (em anos)	FUNÇÕES	OBSERVAÇÕES
EME	• 2+1+1		• Desp. 17Jul98, Gen CEME
IAEM	• 2+2 • 1+1+1	• Prof. efectivos. • Prof. eventuais.	• Conforme regulamento provisório do IAEM. • Substituições no final dos anos lectivos e não devem exceder os 25%.
AM	• 3+1+1+1 • 2+1	• Dir. Ensino; Prof. efectivos • Cmdt Corpo Alunos; ChGabEstPlan; Mestres EF, Equit e Esgrima; Instrutores; Cmdt Comp Alunos.	• Conforme regulamento da AM. • Substituições no final dos anos lectivos e não devem exceder os 25%.
ESE	• 2+1	• Dir Ensino; Cmdt Corpo Al; Prof; ChSecEstPlan; Mestre EF, Equit e Esgrima; Instrutores.	• Despacho do CEME de 21Jan81. • Substituições no final dos anos lectivos e não devem exceder os 25%.
ESPE	• 3+1+1+1 • 3+1+1 • 2+1	• Dir Ensino • Prof Militares • Cmdt Corpo de Alunos; Instrut EF; Cmdt Copm Alunos	• Despacho 61/CEME/99, de 22Mar. • O total de substituições, no final de cada ano lectivo, não deve exceder os 40%
CM e IMPE	• 2+1 • 2	• Cmdt Corpo Al; Prof. • ChSvcEscolares.	
Escolas Práticas EMEL; CMEFD; ESSM	• 2+1	• Instrutores dos cursos do QP.	
Tribunais Militares	• 2		• De acordo com o CJM
IGeo	• 3+1+1 • 2+1	• Of Eng Geo. • Of Fotogr; Of Interpr Foto; Of Topo; Sarg Aux Interpr Foto Aérea..	
CIE	• 3+1+1	• Eng Informáticos; Analist Sist.	
CPAE	• 3+1+1	• ChGabEstPlan; ChSecPsico; Psicólogos.	
DIM/EME ReplInfoSeg/QG e BISM	• 3+1+1	• 50% de todo o pessoal do QP.	
Est.Fabris	• 2+1	• Dir; SubDir; Ch Svc Ind Ger e Cont; Ch Svc Comerc e Informática.	
PJM	• 3+1		• Conforme Normas aprov em Rn de VCEM dos Ramos em 17Mai78. • Desp Conj CEM dos Ramos de 09Nov82.
PSP e GNR	• 3+1		
RHQ-SOUTHLAND	• 3		• Conforme despacho do VCEMGFA de 12Ago77.

ESTAÇÃO IBÉRIA OTAN	<ul style="list-style-type: none"> • 3+6 meses • 4+6 meses 	<ul style="list-style-type: none"> • Dir Estação; Adj. • Tec SATCOM Man Elect e Tecn SATCOM Abast. 	<ul style="list-style-type: none"> • PEMGFA PES 401.
ORGÃO	DURAÇÃO PRORROGAÇÃO (em anos)	FUNÇÕES	OBSERVAÇÕES
EMGFA	<ul style="list-style-type: none"> • 3+2 		<ul style="list-style-type: none"> • Lei orgânica do EMGFA
ChSvcTransp/CLog	<ul style="list-style-type: none"> • 3+1 		
RL2	<ul style="list-style-type: none"> • 3+1 	<ul style="list-style-type: none"> • Mil SPAE. 	
BE e OLE	<ul style="list-style-type: none"> • 3+1+1 • 3+1 	<ul style="list-style-type: none"> • Ch Banda (BE) • Ch Orquestra (OLE); Músicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Despacho 136/CEME/99, de 16Jun.